

ANDREW ROBERTS

HITLER & CHURCHILL
Segredos da Liderança

Tradução:
Maria Luíza X. de A. Borges



ZAHAR

Para Peter Wyllie

Título original:
Hitler & Churchill
Secrets of Leadership

Tradução autorizada da primeira edição inglesa
publicada em 2003 por Weidenfeld & Nicolson,
de Londres, Inglaterra

Copyright © 2003, Andrew Roberts
Copyright da edição em língua portuguesa © 2004:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2240-0226 / fax: (21) 2262-5123
editora@zahar.com.br
www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Roberts, Andrew, 1963-
R549h Hitler & Churchill: segredos da liderança / Andrew Roberts;
tradução Maria Luíza X. de A. Borges. — Rio de Janeiro: Zahar,
2004

il. ;

Tradução de: Hitler & Churchill: secrets of leadership
Inclui bibliografia
ISBN 85-7110-767-X

1. Hitler, Adolf, 1889-1945. 2. Churchill, Winston, Sir,
1874-1965. 3. Liderança. I. Título.

04-1201

CDD: 303.34

CDU: 316.46

Introdução

“Mantenho os olhos abertos e o que eles me mostram me faz pensar. O futuro é inescrutável mas aterrador; deveis permanecer leais a mim. Quando eu já não puder refrear e controlar, já não serei o guia.”

Savrola, *de Winston Churchill*

“Como podem cem pessoas ser guiadas por uma única?” Essa foi uma das perguntas para dissertação no meu exame de ingresso à Universidade de Cambridge e, embora há muito ela me fascine, só ao cabo de vinte anos finalmente encontrei tempo para tentar resolvê-la. Trata-se, no entanto, de uma pergunta que reside no cerne da história e da civilização. Se uma pessoa não fosse capaz de comandar outras cem, não teria havido nenhuma guerra, mas tampouco teria havido catedrais, a exploração do espaço ou orquestras filarmônicas. A capacidade que uma pessoa tem de fazer outras cem cumprirem suas ordens é o alicerce sobre o qual todo o esforço humano coletivo se funda, para o bem ou para o mal. Sendo assim, como isso acontece?

Seria razoável esperar que, tendo a política e a sociedade mudado de maneira tão fundamental ao longo dos séculos, o mesmo tivesse ocorrido com a natureza da liderança. Desde que as sociedades agrárias firmadas em obrigações feudais foram suplantadas no Ocidente por democracias apoiadas em instituições representativas, deveríamos ser regidos por imperativos diferentes e conduzidos por apelos a motivos muito diversos para a ação. O assombroso, contudo, é que, mesmo numa era que se considera tão sofisticada quanto cínica, em tempos de perigo a liderança inspirada ainda se funda em ampla medida na suspensão da crença.

Esse vernáculo inalterável é evidente a partir das modificações mínimas que ocorreram na linguagem da liderança. Ler o Discurso do Funeral de Péricles de 431 a.C. (“Atenas coroa seus filhos”), o discurso “Entre nós não podes mais morar” de Cícero contra o usurpador Catilina em 63 a.C., ou o discurso “O clamor de toda a Inglaterra” pronunciado por John Pym em 1642, é compreender que o estoque de emoções humanas a que os líderes recorrem

é limitado e, de maneira notável, constante. Se ouvíssemos esses três oradores hoje, ficaríamos provavelmente tão comovidos quanto seus espectadores na época. Esse estoque de emoções pode ser saqueado, plagiado, mas acima de tudo aprendido. O propósito deste livro é examinar como duas personalidades absolutamente opostas pilharam esse pequeno léxico, às suas diferentes maneiras, para ganhar o prêmio que, como ambos sabiam, só um deles poderia alcançar: a vitória na Segunda Guerra Mundial.

Em 1941, quando quis ilustrar o espírito de resistência ao nazismo, o diretor de cinema Sir Alexander Korda contratou Laurence Olivier para fazer o papel-título em *Henrique V* de Shakespeare. A fala do rei diante da brecha em Harfleur era diretamente análoga aos discursos que Churchill estava fazendo naquele ano, embora mais de três séculos os separassem. A verdadeira liderança nos comove de uma maneira que está profundamente enraizada em nossos genes e psique. Se os fatores subjacentes à liderança permaneceram os mesmos por séculos, não seria possível aprender essas lições e aplicá-las a situações felizmente muito distantes daquelas de vida ou morte de 1939-45?

A liderança — como a coragem e até a sinceridade — pode estar completamente separada dos conceitos de bem e mal. Adolf Hitler foi tanto corajoso como sincero ao promover suas crenças, por mais abomináveis que elas fossem. Estudar as qualidades de liderança somente de pessoas cujas ações aprovamos seria privarmo-nos dos exemplos de alguns dos líderes mais influentes do mundo. Sem dúvida o maior criminoso de nosso tempo, Osama bin Laden é, não obstante, um líder e merece que investiguemos como conseguiu persuadir tantas pessoas a provocar tamanha destruição. Assim como o marechal-de-campo Montgomery manteve uma fotografia emoldurada de Erwin Rommel em sua caravana durante toda a campanha do deserto, deveríamos tentar estudar as técnicas de liderança de nossos inimigos para sermos finalmente capazes de derrotá-los.

Nosso mundo ainda é, de maneira reconhecível, aquele que nos foi legado pelo arranjo pós-Hitler de 1945. As grandes potências, descontando-se o fato de a Rússia e a Europa Oriental terem se livrado do comunismo em 1989-91, são basicamente as mesmas da ocasião em que as Nações Unidas foram fundadas em São Francisco ao fim da guerra. Exceto na época da implosão da Iugoslávia — que não levou a qualquer conflito fora da região —, nenhuma fronteira europeia foi alterada. Se contarmos a Coreia como uma ação de polícia das Nações Unidas, nenhuma guerra foi travada diretamente entre quaisquer Grandes Potências, a não ser da China com a Índia em 1959. Assim, as seis últimas décadas alteraram a Europa menos que qualquer período de tempo semelhante desde a Idade Média. A descolonização já estava em curso antes que Winston Churchill deixasse o cargo em 1955, e se ele voltasse à Terra hoje os chefes do estado-maior não demorariam muito para instruí-lo sobre a atual disposição do planeta. Hitler — o Satã que não podemos apagar da

memória — precisaria que lhe explicassem Hiroshima e Nagasaki, mas o resto lhe seria bastante compreensível. Afinal, ele previu em seu *bunker* que, com sua morte, os vencedores finais seriam os Estados Unidos e a Rússia e, embora a reunificação da Alemanha fosse talvez empolgá-lo por alguns momentos, o fato de ela ter ocorrido de maneira tão pacífica e democrática o deixaria devidamente enfurecido. Os acontecimentos de 1939-45 ainda configuram nosso mundo com suas lições e seus legados. A relevância permanente de Hitler e Churchill para nossas vidas é incontestável; Saddam à parte, o Ocidente desfruta hoje aqueles “amplos planaltos ensolarados” que Churchill nos prometeu e Hitler tentou com tanto afincio destruir.

O fato de Churchill ser ainda reconhecido como a personificação da liderança corajosa foi indelevelmente salientado na esteira dos ataques da Al-Qaeda aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001. Naquele momento de dor e aflição, os americanos retornaram muitas e muitas vezes ao exemplo dele para exprimir seus sentimentos mais profundos acerca de sua perda, seu destemor e determinação. Churchill surgiu mais uma vez como uma figura de vulto no que pode ser chamado — segundo o título de um de seus próprios livros — “a crise mundial”. Em seu discurso Estado da União de 2001, o presidente George W. Bush, discursando sobre suas reações aos ataques aos Estados Unidos, disse: “Não vacilaremos, não esmoreceremos, não cederemos e não fraquejaremos.” Tratou-se de um eco consciente do pronunciamento que Churchill fez pelo rádio aos Estados Unidos em fevereiro de 1941, em que declarou: “Não cederemos e não fraquejaremos; não afrouxaremos ou nos cansaremos.” Em seu discurso aos aturdidos sobreviventes do Pentágono no dia 12 de setembro, uma manhã depois que tantos de seus camaradas haviam sucumbido, o secretário de Defesa dos EUA Donald Rumsfeld disse: “No ápice do perigo para sua própria nação, Winston Churchill falou da ‘hora mais gloriosa’ (*finest hour*) para ela. Ontem, os Estados Unidos e a causa da liberdade humana foram alvo de ataque.” Rumsfeld voltou ao tema de Churchill várias vezes posteriormente e, em agosto do ano seguinte, disse a três mil membros do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, na Califórnia, que havia paralelos diretos entre o relativo isolamento diplomático dos EUA a respeito da projetada guerra contra o Iraque e a posição solitária de Churchill contra o apaziguamento da Alemanha na década de 1930. Tudo que li sobre os “anos de ostracismo” de Churchill me leva a concluir que esses paralelos realmente existem.

Levado a percorrer as salas do Gabinete de Guerra durante sua visita a Londres em 2001, o presidente Bush qualificou Churchill como “um dos líderes realmente fascinantes”, e pediu à Embaixada Britânica em Washington que guarnecesse o Salão Oval com um busto dele esculpido por Epstein.¹ (Ronald Reagan já tinha pendurado um retrato de Churchill na Sala de Guerra da Casa Branca.) Hoje é Churchill que, 37 anos após a sua morte, está ajudan-

do a fornecer um vocabulário e o vernáculo para o espírito de resistência destemida que os Estados Unidos desejam projetar sobre o resto do mundo. O *Boston Daily Record* declarou: “Winston Churchill e suas palavras são interminavelmente citados e aprovados”, e quando Bush visitou a área devastada do Ground Zero em Manhattan, fizeram-se comparações com as excursões que o primeiro-ministro fazia ao East End durante a Blitz para levantar o moral. Enquanto se preparava para a guerra contra o Iraque, o presidente deu a saber que estava lendo um livro intitulado *Supreme Command: Soldiers, Statesmen and Leadership in Wartime* [Comando supremo: soldados, estadistas e liderança em tempo de guerra] do acadêmico americano Eliot A. Cohen, que tem um capítulo dedicado à relação de Churchill com seus chefes do estado-maior.² (Num nível mais mundano, o comediante Jim Carrey mencionou Churchill ao doar seu nada mundano cheque de um milhão de dólares para o fundo filantrópico criado para as famílias das vítimas do 11 de setembro.)

Na cerimônia carregada de emoção para promover grande número de bombeiros de modo a preencher os postos de seus colegas tombados, o prefeito Rudolf Giuliani citou Churchill e foi louvado pelo *Washington Post* como “Churchill com um boné ianque”. (Uma imagem nada absurda, de fato, já que o líder britânico gostava de usar bonés e chapéus excêntricos e por vezes exóticos.) Quando visitou a Grã-Bretanha em fevereiro de 2002, o prefeito Giuliani declarou a Alice Thomson, do *Daily Telegraph*: “Recorri a Churchill para que me ensinasse como revigorar o espírito de uma nação agonizante. Depois do ataque costumava conversar com ele. Durante os piores dias da Batalha da Inglaterra, Churchill nunca saiu de Downing Street dizendo: ‘Não sei o que fazer’, ou ‘Estou perdido’. Ele saía com uma direção e um propósito, mesmo que tivesse de forjá-los.”³

“*Mesmo que tivesse de forjá-los.*” Uma das teses deste livro é que durante grande parte do tempo entre o término da retirada de Dunquerque, em 3 de junho de 1940, e a invasão da Rússia por Hitler 52 semanas mais tarde, em 22 de junho de 1941, Churchill teve de fato de recorrer regularmente à impostura. A despeito de toda a sua esplêndida oratória durante esse período, ele não sabia de fato como seria possível derrotar a Alemanha. O embuste é por vezes um elemento crucial da liderança, mas como São Paulo escreveu em sua primeira epístola aos Coríntios, “Se a trombeta emitir um som incerto, quem se preparará para a batalha?” A certeza de Churchill se propagou entre o povo britânico, ainda que, em 1940, fosse difícil compreender, com base em qualquer análise racional concebível, como seria possível ganhar a guerra.

Embora antes e especialmente depois da guerra Churchill tenha tido em certas ocasiões um desempenho decepcionante em alguns dos altos cargos de Estado que ocupou, naqueles meses vitais de 1940-41 e durante o resto do conflito, até 1945, levou a cabo façanhas extraordinárias de liderança. No cerne de tudo isso estava um logro tão tremendamente audacioso que, se os

acontecimentos não tivessem provado que estava certo, ele teria provavelmente se arriscado a um *impeachment*. (É claro que, se os eventos tivessem provado que estava errado, e a Grã-Bretanha tivesse sido invadida com sucesso, a punição pelo Parlamento teria sido a menor de suas preocupações.) Este livro examinará esse logro de boa-fé bem como os logros malévolos praticados por seu antagonista.

O paradigma clássico da liderança

Ao longo de toda a história, provou-se relativamente fácil para os líderes encontrar pessoas dispostas a matar por eles; o que lhes tem sido muito mais difícil é encontrar pessoas dispostas a morrer por eles. As pessoas criadas nos países ocidentais modernos, racionalistas-cristãos, em geral exigiram pelo menos uma possibilidade marginal de sobrevivência, mas isso não as impediu de se engajar voluntariamente, em tempo de guerra, em operações e unidades que envolviam taxas de sobrevivência baixíssimas. A alternativa que o Henrique V de Shakespeare ofereceu para o rompimento das defesas de Harfleur foi, afinal de contas, “fechar a muralha com nossos ingleses mortos”, e ambas as guerras mundiais do século XX viram pessoas disporem-se a aceitar taxas elevadas de baixas, sobretudo no corpo dos oficiais de infantaria na Primeira Guerra Mundial e no Comando de Bombardeiros na Segunda Guerra Mundial. Isso foi uma espécie nobre sacrifício; o que o mundo viu no dia 11 de setembro de 2001 foi exatamente o avesso dessa imagem.

Quando Osama bin Laden estava estimulando seus seguidores a cometer o suicídio, os métodos que usou parecem ter sido, em essência, indistinguíveis daqueles usados nos tempos medievais pelos Assassinos ou pelo Mádi e califa no Sudão nas décadas de 1880 e 1890. Parecem ter tido também estreita semelhança com os usados com os pilotos camicases japoneses de 1944-45. Churchill, que lutou contra o califa e presenciou a destruição final de seu exército em Omdurman em 1898, teria reconhecido imediatamente o que descreveu (num contexto muito diferente) como “um faquir de um tipo muito conhecido no Oriente”. A natureza desse tipo de liderança carismática pseudo-religiosa — também exibida pelo líder de seita Jim Jones quando convenceu mais de 900 de seus seguidores a cometer suicídio na Guiana em 1978 — parece escapar à compreensão ocidental moderna. Grigori Rasputin e alguns dos líderes das primeiras cruzadas parecem ter gozado algo do mesmo poder de sedução — Hitler certamente tinha — e é preciso compreender isso para que a presente ameaça ao Ocidente possa ser superada.

Se o estilo de liderança de Bin Laden é essencialmente hitlerista em seu vernáculo e em seus antecedentes, e George W. Bush e seus conselheiros mais gabaritados voltam-se para Churchill à procura de inspiração, não poderia a

guerra contra o Terror ser vista, de forma legítima, como uma retomada da Segunda Guerra Mundial por procuração? Acredito que sim, e a dicotomia entre as técnicas de liderança carismáticas de Hitler *versus* as técnicas de liderança genuinamente inspiradoras de Churchill será um dos temas centrais deste livro. Pois os segredos de ambos os tipos de liderança podem ser aprendidos quase de cor e controlados em benefício de qualquer pessoa atenta à história e à expressão eficaz.

Alan Bullock, em sua biografia conjunta de Adolf Hitler e Josef Stálin, que tem por subtítulo *Parallel Lives* [Vidas paralelas] demonstrou como muitas das técnicas totalitárias dos nazistas foram copiadas dos bolcheviques. Obviamente a combinação dos talentos satânicos mas inegáveis de Albert Speer, Joseph Goebbels e da cineasta Leni Riefenstahl tornaram os comícios nazistas muito mais impressionantes visualmente que as paradas na Praça Vermelha, tão caras ao politburo soviético. Mas a habilidade em organizar espetáculos de ambos os regimes equivalia a pouco mais que um evento de *show business* produzido por meio de microfones, efeitos de iluminação, fumaça e espelhos.

Naquela bela e sutil crítica à técnica ditatorial, o filme *O mágico de Oz* produzido por Hollywood em 1939, o até então apavorante mágico revela-se um charlatão mirrado que é mantido ocupado atrás de uma fachada imponente, puxando alavancas que produzem chamas e barulhos furiosos. Hitler, Stálin, Mussolini e Franco, o filme sugere, na realidade não passavam muito disso, se pelo menos as democracias ocidentais tivessem coragem, decência e intelecto para enfrentá-los sem medo. No entanto, apesar de tudo o que descobrimos sobre suas inadequações pessoais, esses homens foram responsáveis pelo massacre de tal número de inocentes que o século XX ficará manchado para sempre como, na expressão de um eminente historiador, “a Era da Infâmia”.⁴ Na vida real, em vez de voar de volta para o Kansas em seu balão, o mágico teria fuzilado o Espantalho, o Homem de Lata, o Leão Corajoso e Dorothy (e sem dúvida Totó para completar).

“Um homem não pode dar mais triste prova de sua própria pequenez que a descrença em grandes homens”, escreveu Thomas Carlyle em *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History* [Sobre os heróis, seu culto e o poema épico na história], mas não será o contrário mais verdadeiro? Não há *pathos* em nossa busca constante de líderes, quando ainda não aperfeiçoamos a arte de ser seguidores maduros, descrentes da atribuição de qualidades super-humanas a pessoas que sabemos perfeitamente serem apenas de carne e osso como nós? Uma democracia madura deveria se envergonhar desses acessos periódicos de culto do herói, assim como uma mulher madura se acanha ao lembrar da paixão que alimentou quando adolescente pelo capitão do time de beisebol da escola. “Um dos anseios mais universais de nosso tempo”, escreveu o pensador político americano James MacGregor Burns, “é uma avidez por liderança irresistível e criativa”. Uma avidez que muitas e muitas

vezes conduziu ao desastre, como quando a França clamou pela liderança de Napoleão em 1799, a Rússia se voltou para Lênin em 1917 e ampliou seu erro com Stálin menos de uma década depois, e não menos de 13 milhões de alemães votaram em Hitler em 1932. “Não nos deixaremos enganar de novo” cantou The Who na canção política “We won’t get fooled again”. Mas o fato é que nos deixamos, muitas vezes.

Como sir Ian Kerhaw, o último e melhor biógrafo de Hitler, mostrou em 1987 em seu livro *The “Hitler Myth”* [Hitler, o mito]: “A disposição para depositar toda esperança na ‘liderança’, na autoridade de um ‘homem forte’, não era em si mesma, é claro, peculiar da Alemanha. A promoção por elites ameaçadas e a aceitação por massas ansiosas de liderança forte e autoritária, quase sempre personificada numa figura ‘carismática’, foi (e ainda é) experimentada por muitas sociedades em que um sistema pluralista fraco é incapaz de resolver fraturas políticas e ideológicas e é percebido como estando numa crise final.” Longe de ser, como acreditava Carlyle, um sinal de grandeza — ou de ausência de pequenez — a glorificação da liderança exercida por “grandes homens” talvez seja apenas um sinal da condição de Terceiro Mundo de um país.

Filósofos anarquistas, e alguns pensadores libertários modernos, sustentaram com convicção que o problema subjacente é a própria existência do conceito de liderança, pelo menos numa escala nacional. Essa parece ser também uma queixa dos que protestam contra a globalização tomando de assalto qualquer cidade corajosa (ou audaciosa) o bastante para sediar uma reunião de cúpula de “líderes mundiais”. Fosse a humanidade capaz de se organizar de tal modo que um só homem não pudesse deter poder absoluto sobre uma centena, eles alegam, estaríamos todos em melhor situação. Assim como marxistas ortodoxos acreditam que o Estado “desapareceria” após a implosão do capitalismo por força da contradição interna, anarquistas como Pierre Proudhon e Mikhail Bakunin afirmaram que um dia a própria necessidade de líderes políticos desapareceria por completo. Mas, embora tenha ganhado algum terreno desde a guerra, em especial nos Estados Unidos durante a década de 1960 e no início da década da 1970, essa tese continua tão utópica como sempre.

A mais rápida vista-d’olhos no mundo moderno mostra-nos como os “líderes mundiais” estão mais ubíquos e em evidência hoje que em qualquer momento desde 1945. Os líderes passaram a personificar seus países na imaginação popular e, mesmo na era da integração européia, mantiveram um perfil público muito mais notável do que teria sido possível prever apenas trinta anos atrás. A influência que levou a esse aumento da importância dos líderes mundiais — se não necessariamente do poder real de que dispõem — não parece fadada a desaparecer no futuro próximo. Isso se deve em grande parte ao aumento exponencial da velocidade e penetração da tecnologia da informa-

ção, mediante a qual mais pessoas em mais lugares podem tomar conhecimento muito mais depressa das coisas que estão acontecendo. Sendo os principais porta-vozes de seus países, os líderes mundiais tiraram pleno proveito desse desenvolvimento para promover seus perfis corporativos.

Longe de significar que passamos a considerar cada questão com mais cuidado para debater mais conscienciosamente o que está acontecendo, a revolução das comunicações e da informação significou que delegamos, levemente, um número crescente de responsabilidades de tomada de decisão aos nossos líderes. A disputa de 2002 entre a Índia e o Paquistão pela Caxemira foi reduzida na mídia mundial a um impasse entre o primeiro-ministro Vajpayee e o presidente Musharref, e saber se Osama bin Laden estava ou morto ou ativo foi considerado uma questão mais merecedora de notícias que a libertação do próprio Afeganistão do Talibã. Em 1780 o *whig* John Dunning, membro do Parlamento, propôs à Câmara dos Comuns uma moção segundo a qual “a influência da Coroa aumentou, está aumentando e deveria ser diminuída”. O mesmo pode ser dito hoje da influência dos líderes mundiais.

Os líderes tendem a se tornar uma parte maior, não menor, de nossas vidas cotidianas porque a política está sendo cada vez mais simplificada pela mídia, e não há melhor maneira de simplificar uma questão que concentrar-se na personalidade de um único líder, ou, melhor ainda, nas personalidades de dois líderes antagônicos. A necessidade, sob o sufrágio universal, de agradar ao que é efetivamente o mínimo denominador intelectual comum do eleitorado — pelo menos entre aqueles propensos a votar — conduziu inevitavelmente ao rebaixamento indiscriminado dos padrões relativos à persuasão, um processo que os próprios políticos ajudam e estimulam com entusiasmo hoje em dia.

Aqui está uma única frase do epílogo do discurso de William Gladstone que pôs abaixo o orçamento de 1852 para financiamento do déficit de Benjamin Disraeli (e com ele todo o ministério tóri):

Volto os olhos com pesar para os dias em que me sentava mais perto de meus nobres amigos do lado oposto a este em que agora me encontro, e sinto ser meu dever usar aquela liberdade de expressão que, estou certo, os ingleses haverão de tolerar, quando vos digo que se derdes vossa anuência e vossa elevada autoridade a esse princípio muito falacioso e pernicioso sobre o qual o esquema financeiro do governo se funda — podeis recusar meu apelo agora — podeis acompanhar o nobre cavalheiro, o ministro das finanças até o *lobby*; mas minha crença é que virá o dia em que lamentareis esse voto — à medida que suas conseqüências cedo ou tarde se desdobrarem — lamentareis esse voto com amargura, mas com um pesar tardio e inútil.⁵

Talvez esta tenha sido uma das frases mais longas da obra do “*Grand Old Man*”, mas seria possível imaginar alguém na política moderna pronunciando

algo semelhante? Frases de três palavras, sem verbo; declarações intelectualmente permissivas inseridas numa reportagem de televisão; referências a bordões do futebol ou de novelas — é disso que é feita a oratória política moderna.

O vocabulário da política clássica, envolvendo discursos repletos de alusões literárias e clássicas, simplesmente não é apropriado hoje porque o declínio dos padrões educacionais tornou impossível para grande parte do eleitorado compreendê-lo, mesmo que o próprio político tenha expediente intelectual para proferir discursos do calibre necessário. O grande advogado e político *whig* lorde Brougham disse: “A educação torna fácil conduzir um povo, mas difícil forçá-lo; fácil governá-lo, mas impossível escravizá-lo.” É terrível pensar que o contrário também poderia ser dito acerca da educação deficiente que está sendo imposta aos eleitorados de amanhã.

Isto não é simplesmente esnobismo reacionário — não tenho nenhum desejo de imitar a *Princesse* de Petitpoix em *Coningsby* de Disraeli, que sentia ser seu dever na vida “vingar a causa das dinastias decaídas e de uma nobreza degradada” — mas o fato é que Gladstone, Disraeli, Rosebery, Balfour e lorde Salisbury acreditavam na política como um processo de elevação e, em seus discursos, buscavam conscientemente quase tanto educar quanto persuadir. Poucos líderes hoje estão imbuídos do mesmo propósito moral em seus discursos, e os que estão constatam ser impossível não soar arrogantes.

Com a democracia veio a demagogia e, como Aristóteles previu, não há no mundo um tipo de governo mais cínico que uma perfeita democracia, porque ela não pode admitir a possibilidade de seu soberano, o povo, alguma vez estar errado. A culpa pelos males sociais é lançada hoje sobre líderes políticos como raramente ocorria sob o regime das antigas oligarquias. Com a condenação vem a crença subconsciente de que os líderes são capazes de mudar tudo, até a natureza humana. Essa suposição absurda nunca é tão evidente quanto nas cerimônias de “encontro com o povo” do primeiro-ministro, em que Tony Blair é com frequência solicitado a transformar em lei medidas que em tempos anteriores seriam apropriadamente confiadas aos bispos, para que as implorassem através da prece, ou em alguns casos aos santos, mediante a intervenção divina. O Parlamento teria facilidade em estabelecer por lei que todos devem ser afáveis e bons, escreveu lorde Salisbury num de seus ensaios *Saturday Review* na década de 1860, ou que a gravidade não deveria provocar a queda ocasional de faxineiros dos peitoris das janelas, mas há limites para seu verdadeiro poder.

Em tempo de paz, é durante as campanhas para eleições gerais que a liderança política moderna está em maior evidência. Esses sempre foram períodos irritantes, detestáveis para qualquer pessoa com não mais que um resíduo de orgulho ou dignidade humana. A eleição britânica de 1992 viu um ponto particularmente baixo nesse aspecto, quando as discussões se reduzi-

ram a acusações de aumentos de impostos “duplamente calamitosos” e o governo acusou a oposição de contar “*porkies*” (gíria *cockney* rimada para *lies*, mentiras).

Como sir Max Beerbohm compreenderia tudo isso? Considere sua Rede Lecture de 1943 sobre Lytton Strachey: “Este, ao que dizem, deverá ser o século do homem comum. Gosto de pensar que na manhã de 1º de janeiro do ano 2000 a humanidade estará livre para desprender as suas mãos, erguer-se dos seus joelhos e buscar à sua volta uma outra forma de fé, talvez mais racional.” Já deixamos essa data para trás, e não há nenhum sinal visível de coisa alguma que não a mesma genuflexão. Se *The End of History and the Last Man* [O fim da história e o último homem] de Francis Fukuyama está correto ao prever a predominância global permanente da social-democracia, nunca haverá.

“As guerras entre povos serão mais terríveis que as guerras entre reis”, advertiu Churchill em seu discurso à Câmara dos Comuns sobre o orçamento do Exército em 1901. Pois, como ele escreveu em seu romance *Savrola*, “a galantaria cavalheiresca não está entre as características peculiares da alvorçada democracia.”⁶ Churchill, o paladino da democracia, destacou esse problema quando, numa tarde brumosa de novembro de 1947, teve um longo devaneio sobre seu pai enquanto pintava em seu ateliê em Chartwell, sua casa de campo. Talvez tenha sido mais uma visão, já que lemos, em sua própria descrição manuscrita do incidente: “Tive de repente uma sensação estranha. Virei-me com minha paleta na mão e ali, sentado numa poltrona de espaldar reto de couro vermelho, estava meu pai”, que na realidade morrera 52 anos antes. Durante a “conversa” dos dois, o filho disse ao pai, que fora o fundador do que era então chamado a Democracia Tóri: “Não tivemos outra coisa senão guerras desde que a democracia prevaleceu.”⁷

Não só a democracia norteou as guerras mais sangrentas da história, como algumas delas — a do Vietnã e a do Golfo, por exemplo — foram travadas especificamente em seu nome. Quando se luta por uma idéia e não por um objetivo geográfico particular, como a Silésia ou a Alsácia-Lorena, é quase impossível transigir. As guerras da democracia têm tendido a se tornar guerras sem quartel; como uma religião secular moderna, a democracia requer rendição incondicional. Ela desdenha a contemporização de maneira muito parecida com a dos combatentes das oito guerras religiosas por que a França passou entre 1562 e 1595. A insistência na rendição incondicional da Alemanha nas guerras mundiais prolongou os dois conflitos, ao passo que guerras anteriores, do século XVIII, eram questões dinásticas limitadas que em geral terminavam quando uma província era tomada e se tornava possível assinar um tratado de paz. Churchill reconheceu esse problema e só conseguiu evitar a guerra contra a Espanha de Franco em maio de 1944 ao chamar a atenção da Câmara dos Comuns: “Há toda a diferença do mundo entre um homem que o derruba com um golpe e um homem que o deixa em paz.” Tivesse a Guerra

Fria de 1946-89 em algum momento eclodido em guerra direta entre superpotências, provavelmente só teria terminado após destruição maciça, porque a democracia, como lorde Salisbury disse do cristianismo militante, não conhece meio-termo quando defrontada com oposição resoluta.

O paradigma moderno da liderança

Já que o padre Peregrino Laziosi, que viveu em Siena no século XIII, é o santo padroeiro dos tumores malignos, é ele, presumivelmente, que vela sobre o aumento do número de relações-públicas nomeados por indicação que infestam o Estado britânico para assegurar que os líderes se mantenham tão afastados quanto possível do povo que lideram. O sr. Wharton, em *The Prime Minister* [O primeiro-ministro] de Trollope, “era um tóri da escola antiga, que detestava conchavos, abominava profundamente a classe de políticos para os quais a política era uma profissão e não uma ocupação de fé”. Os líderes atuais na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos — de todos os partidos — são cada vez mais atraídos para a política como uma profissão, não levados a ela por um senso verdadeiro de responsabilidade pública, e têm cada vez menos “hinterlândia”, o clichê corrente para interesses externos não-políticos.

Esse processo foi ruim para a natureza da liderança, uma vez que os políticos modernos consideram quase impossível renunciar por questões de princípio ou por infrações, já que não têm outro lugar para onde ir. Em julho de 1954, quando renunciou por causa da compra compulsória de terras em Crichel Down antes que qualquer pessoa tivesse realmente sugerido que deveria fazê-lo, sir Thomas Dugdale, o ministro da Agricultura no governo de Churchill em tempo de paz, retornou às suas atividades tradicionais, mal voltando os olhos para sua carreira interrompida. Hoje os ministros tendem a se agarrar ao cargo até serem ameaçados de demissão. Esse é um dos espetáculos menos edificantes na política e solapa mais ainda o respeito do povo por seus líderes.

Isto não é afirmar que os líderes do passado eram menos ambiciosos que os dos nossos dias, pois evidentemente não eram. Como disse o primeiro-ministro britânico lorde Rosebery na biografia que escreveu de seu amigo e adversário político, lorde Randolph Churchill: “O homem ambicioso que é capaz de observar sem desgosto a ascensão ou o sucesso de um contemporâneo é muito mais raro que o cisne negro.”⁸ Isso não é mais que afirmar que os líderes de ontem tendiam a reconhecer quando seu tempo estava claramente encerrado, e afastar-se, de uma maneira que é bastante estranha a políticos como David Mellor e Stephen Byers, de cujas mãos foi preciso arrancar lenta e penosamente as funções ministeriais. No século V a.C. Confúcio disse: “Não há espetáculo mais deleitável que ver um velho amigo cair de um telhado alto”,

mas o mal disfarçado *Schadenfreude* que muitos outros políticos — especialmente colegas de partido — manifestaram diante dessas duas renúncias penosamente prolongadas tendeu a enojar o povo.

Há muito que os políticos vêm sendo seduzidos para o gozo do cargo por seus próprios atrativos, sem considerar aonde ele poderia levar. Quando, em julho de 1834, lorde Melbourne estava considerando se devia assumir como primeiro-ministro, tal qual lhe fora oferecido pelo rei Guilherme IV, seu notoriamente franco secretário particular Tom Young exclamou: “Ora, com os diabos, um cargo como esse nunca foi ocupado por nenhum grego ou romano: e mesmo que dure só três meses, terá valido a pena ser o primeiro-ministro da Inglaterra.” “Por Deus, é verdade”, respondeu Melbourne. “Eu vou!” Assim fez, e foi primeiro-ministro por um total de seis anos e 255 dias. A ambição *per se* não é má coisa num líder, desde que esteja aliada a talento genuíno, como estava no caso de Melbourne. Mas como Alistair McAlpine, o ex-tesoureiro do Partido Tóri, constatou no Partido Conservador de John Major: “Não há lugar nem para sentimento nem para princípios nas vidas dos excessivamente ambiciosos.”

John Adair, o primeiro professor de estudos sobre liderança do mundo, expressa sucintamente a importância do momento e do lugar na liderança ao dizer: “É difícil ser um grande líder em Luxemburgo em tempo de paz.” Para se alçarem ao grau de grandeza que alcançaram respectivamente, Napoleão precisou do Terror, César precisou das Guerras Gálicas e Churchill precisou dos nazistas. (A respeito de Churchill, contudo, cabe observar que, tivesse ele morrido em abril de 1940, antes de se tornar primeiro-ministro, já teria sido uma figura importante na política do século XX.) Um dos personagens das “Lampitt Chronicles” de A.N. Wilson enfatiza sucintamente a importância da oportunidade histórica ao comentar sobre sua própria vida desperdiçada: “Eu nunca ‘fiz’ coisa alguma: é difícil ver, depois de Suez, o que se teria podido ‘fazer’, mesmo que fôssemos feitos da mesma fibra moral dos velhos pioneiros do Império.”⁹ Enoch Powell expressou esse sentimento quase niilista da melhor maneira, em termos políticos, ao afirmar, depois de Suez, que o Império não fazia mais sentido e a Comunidade Britânica não era um substituto lógico.

Em 1927 o jornalista americano Heywood Braun escreveu: “Assim como toda convicção começa como um capricho, assim todo libertador faz seu aprendizado como um excêntrico. Um fanático é um grande líder que apenas acaba de entrar numa sala.”¹⁰ Os líderes podem surgir antes de seu tempo, e se este não estiver maduro para eles, podem ser esquecidos, por mais carismáticos ou inspiradores que sejam pessoalmente. Os líderes precisam de seu João Batista mais do que eles próprios, seus partidários ou a história o admitirão de bom grado. Oliver Cromwell precisou de John Pym, o general Franco precisou do general Mola, Gamal Abdel Nasser contou com o general Neguib, e Ronald

Reagan precisou de seu Barry Goldwater para abrirem seus próprios caminhos para o poder. Tony Blair teve o raro luxo de ter dois João Batistas em Neil Kinnock e John Smith, que tornaram suas idéias mais palatáveis e seu caminho mais suave.

O processo é muitas vezes penoso para a imagem de são João, como foi claramente para o próprio Batista. Eles raramente obtêm o reconhecimento que merecem e tendem a lembrar a abadessa del Pilar em *The Bridge of San Luis Rey* [A ponte de San Luis Rey], de Thornton Wilder, que “era uma dessas pessoas que permitiram que suas vidas fossem erodidas porque se apaixonaram por uma idéia... antes de seu aparecimento predeterminado na história da civilização”. Muitas vezes “o precursor” não é um colega político, mas um intelectual, alguém cujos pensamentos tornam possível para o líder dizer e fazer coisas que teriam sido inconcebíveis mesmo apenas uma geração mais cedo. Margaret Thatcher, por exemplo, precisou que as idéias econômicas de Friedrich von Hayek, Milton Friedman, sir Keith Joseph e Enoch Powell fossem disseminadas em larga escala antes de poder empreender suas vastas reformas de livre mercado na década de 1980. Ela reconhece copiosamente essas dívidas intelectuais, mas muitas vezes os líderes gostam de dar a impressão de que elaboraram sua ideologia inteiramente por conta própria. Entretanto, como Heine declarou em *Sobre a história da religião e da filosofia na Alemanha*: “Observem isso, vocês, orgulhosos homens de ação. Vocês não passam dos carregadores subconscientes dos homens de idéias... Maximilien Robespierre nada mais foi que a mão de Jean-Jacques Rousseau, a mão ensanguentada que extraiu do útero do Tempo o corpo cuja alma Rousseau criara.” Nem Hitler nem Churchill foram precedidos por um vulto de João Batista; não foram os carregadores subconscientes de ninguém.

Hitler e Churchill: sua permanente relevância

Para tentar estimar o poder que a Segunda Guerra Mundial continua a exercer sobre nós, reuni vários recortes de jornal durante duas semanas em março de 2000, um período escolhido inteiramente ao acaso, separando tudo o que se relacionasse com a Segunda Guerra Mundial, um evento de seis anos de duração que, afinal de contas, terminara 55 anos antes. Nesses 14 dias, Israel divulgou os diários de Adolf Eichmann; provas conclusivas de parte a parte começaram a ser apresentadas no processo por difamação David Irving *versus* Deborah Lipstadt e Penguin Books com relação ao Holocausto; por fim, e com evidente relutância, o pretense Führer austríaco Jörg Haider acusou Hitler como o homem mais perverso do século, um lugar que até então reservara para Churchill e Stálin; foi proposto que o quarto plinto em Trafalgar Square,

vazio, fosse ocupado por uma estátua compósita de “Mulheres na Guerra”; reivindicações de indenização por obras de arte pilhadas pelos nazistas, ou sua restituição, foram estimadas entre 800 milhões e 2,5 bilhões de libras; noticiou-se que Leni Riefenstahl, de 97 anos, sobrevivera à queda de um helicóptero no Sudão, e estava prestes a ser representada por Jodie Foster num filme sobre sua vida; apontamentos manuscritos de um discurso feito por Hitler ao Reichstag em 1939 foram arrematados por 11.800 libras num leilão; Neville Lawrence, o pai de Stephen Lawrence, adolescente negro assassinado*, comprou as experiências dos jovens negros na Grã-Bretanha com as de Anne Frank; um homem vestido como Hitler foi preso tentando entrar de penetra na Ópera de Viena; foram publicados excelentes obituários de Harold Hobday, que rompeu a represa do Eder com uma bomba de ricochete, e Dominic Bruce, o oficial da RAF que fez nada menos que 17 tentativas de fuga de campos alemães de prisioneiros de guerra, entre eles Colditz; a correspondência da rainha-mãe durante a guerra a respeito do duque e da duquesa de Windsor suscitou grande interesse da mídia; e o plano do general da SS Walter Schellenberg para a invasão nazista da Grã-Bretanha em 1940 foi publicado na íntegra, inclusive com a lista das 2.820 pessoas que seriam presas. Como se vê, mesmo mais de meio século depois, a Segunda Guerra Mundial continuava a fazer manchetes. Para nós, soldados britânicos, a guerra está longe de terminar.

Isto se deve em parte ao fato de que a história do período 1939-45, e especialmente do ano transcorrido entre junho de 1940 e julho de 1941, fala ao próprio cerne da percepção que a Grã-Bretanha tem de si mesma como uma nação. Tem aspectos que interessam tanto à direita quanto à esquerda. Para a direita, aqueles 386 dias em que “ficamos sós”, embora com o apoio inestimável do Império e da Comunidade Britânica, e também a aliança da Grécia, representam a expressão máxima da soberania, provando os benefícios inestimáveis da independência nacional. Para a esquerda, foi o tempo em que o fascismo como um conceito — não meramente as nações da Alemanha e da Itália — foi derrotado pelas forças da democracia tal como representadas pelo que Churchill chamou “a Grande Coalizão”, que incluiu o Partido Trabalhista de Clement Attlee. Michael Foot disse certa vez que 1940 foi um símbolo poderoso demais para ser confiscado pela direita, e é em parte porque ambos os lados do espectro político se valem ideologicamente dos eventos daquele ano que nosso preeminente *annus admirabilis* sobreviveu como um totem tão potente. Como *The Times* escreveu num editorial em 5 de junho de 1990: “Muitos países celebram o dia em que sua independência foi conquistada ou seu antigo regime derrubado. Nada disso é aplicável à Grã-Bretanha, um país

* Referência ao crime ocorrido em Londres em 1993. (N.T.)

sem um dia nacional próprio... A Grã-Bretanha rememora um ano nacional... A iconografia de 1940 não pode estar muito longe daqueles que têm a Grã-Bretanha na sua mente.”

Há uma tribo na África Oriental em que o principal dever do curandeiro é prever o que um antigo grande chefe teria feito em qualquer conjunto dado de circunstâncias, e ambos os lados do debate sobre o grau da integração britânica à União Européia extraíram grande inspiração de Winston Churchill. Os euro-federacionistas como Michael Heseltine gostam de citar Churchill em defesa do conceito da unidade européia, embora tendam a deixar de acrescentar que o líder da guerra não desejava realmente que a Grã-Bretanha participasse dela. Sir Edward Heath também gosta de ponderar que é para evitar guerras futuras como aquela que disputamos que o continente deve se federar. Da mesma maneira, os que se opõem ao projeto Maastricht para a Europa, como o membro do Parlamento Bill Cash e o historiador Norman Stone — cujos pais morreram ambos na guerra — evocam os resultados desastrosos da tentativa de empurrar a Grã-Bretanha para um super-Estado europeu sem seu pleno consentimento.

É para 1940-41 que somos sempre compelidos a nos voltar quando procuramos as razões por que os britânicos se orgulham de sê-lo. Há uma multiplicidade de coisas que a Grã-Bretanha, sem dúvida, faz muito bem, mas parece da mesma forma haver sempre outros países que fazem exatamente as mesmas coisas melhor. É difícil pensar em ter orgulho da Grã-Bretanha simplesmente por causa da pompa, das corridas de carro, da indústria da música *pop* e da criação do Serviço Nacional de Saúde, até porque a Alemanha teve seu próprio sistema nacional de saúde muito mais cedo. É preciso haver mais alguma coisa, e para muitos é o que a Grã-Bretanha fez mais de 60 anos atrás. Diferentemente de qualquer outra potência, o Império Britânico permaneceu no campo desde o início — com exceção dos dois primeiros dias após a invasão alemã da Polônia — até que o Dia da Vitória sobre o Japão (VJ-Day) assinalou o fim, e essa é uma causa para enorme e justificável orgulho.

A sensação de catarse gerada pelos anos de guerra foi tal que tudo o que ocorreu desde então tendeu a ser percebido como menor, mais seguro, mais trivial, menos magnífico. O período pós-guerra na Grã-Bretanha foi também inevitavelmente uma era pós-heróica. A Grã-Bretanha de Harold Wilson, Edward Heath e Jeremy Thorpe da década de 1970 simplesmente não podia pretender se comparar em termos de *glamour* e romantismo à de Churchill, Eden e Montgomery do início da década de 1940. Contudo, através de todas as várias tensões que se acumularam na Grã-Bretanha do pós-guerra — o naufrágio do Império, as desvalorizações periódicas da libra, imigração em massa da Nova Comunidade Britânica, a debacle de Suez, o recurso ao Fundo Monetário Internacional, os distúrbios das relações industriais na British Leyland e o Inverno do Descontentamento de 1978-79 — a lembrança de 1940-41 foi

sempre um consolo e um lembrete de que, por sob todas as humilhações, havia uma grande nação.

Muitas outras nações tiveram sua idade de ouro, seu momento sob as luzes da ribalta. A tragédia particular de minha geração, a do *baby-boom*, é esse momento ter sido tão recente. É quase uma receita de niilismo, saber que nada pode recapturar aquele período sublimemente heróico. Assim como os gregos permanecem orgulhosos, com razão, dos feitos dos atenienses no século V a.C., os franceses se exaltam quando contemplan o Arco do Triunfo (embora ele represente como vitórias batalhas que a França de fato perdeu), os americanos reverenciam os pais da Constituição dos Estados Unidos, e os mongóis ainda veneram (contrariando ordem governamental estrita) a memória de Gêngis Khan, assim também não podemos tirar da mente o ano em que, como T.S. Eliot escreveu em seu poema “Little Gidding”, “a história agora está na Inglaterra”.

Há poucos indícios de que o interesse pela guerra esteja declinando pelo simples fato de seus participantes estarem saindo de cena, como o interesse pelo Partenon na Grécia, por Napoleão na França ou pela Constituição nos Estados Unidos tampouco declinou com a morte de seus protagonistas e autores imediatos. O primeiro quarto do século XXI verá os veteranos da Segunda Guerra Mundial marcharem para fora do campo de batalha da vida, mas o fascínio e a admiração por seus feitos não morrerão com eles. Muito tempo depois que todas as relações pessoais tiverem sido rompidas, os personagens, eventos e lições do que aconteceu entre 1939 e 1945 serão lembrados por gerações futuras. A reintrodução dos dois minutos de silêncio no Dia do Armistício é um sinal do interesse redivivo por aquele tempo, e de veneração a ele. Sempre que dou palestras sobre a guerra em escolas, ouço repetidamente dos professores que esse é, de longe, o período histórico favorito de seus alunos.

Alguns acreditam que a obsessão da Grã-Bretanha pela guerra é infantil e prejudicial ao nosso processo de maturação como um Estado europeu normal. Sustentam que as feridas já estão em grande parte cicatrizadas, sendo apenas espicaçadas quando *hooligans* entoam letras xenofóbicas com a música de “The Dambusters’ March” em jogos internacionais de futebol. Mas as manchetes daquelas duas semanas de março de 2000 deveriam convencê-los do contrário. Como T.S. Eliot também disse em seu poema “Nascemos com os mortos: Veja, eles retornam e nos trazem consigo.” Sejam bancos suíços respondendo judicialmente a judeus que exigem reparações, jovens alunos americanos venerando Hitler e depois desencadeando terror na Columbine High School, ou platéias afluindo a filmes de Spielberg como *A lista de Schindler* ou *O resgate do soldado Ryan*, os ecos da guerra de Hitler continuarão a reverberar incessantemente, talvez de maneiras que hoje mal podemos adivinhar.

Muitos fatores levariam à vitória final dos aliados e à derrota alemã na Segunda Guerra Mundial: entre eles destaca-se a vasta superioridade em números e material. Mas a liderança de Hitler e Churchill também desempenhou um papel vital nela. As lições que podemos aprender de seus respectivos comportamentos entre 1939 e 1945 podem nos ajudar no modo como abordamos os dilemas muito menos graves de nosso próprio tempo. Que segredos de liderança Hitler empregou para hipnotizar uma nação? Se hoje podemos ver tão facilmente sua verdadeira natureza, por que o povo alemão não foi capaz disso na época? Por que as advertências de seu arquiadversário Winston Churchill não foram ouvidas quando ele estava prevendo justamente o que Hitler estava prestes a fazer? Ele acertou em quase todos os aspectos, e essa presciência temistocleana é a essência da liderança. Ao contrário de Hitler, Churchill havia sido educado e formado para exercer liderança desde o nascimento e, não obstante, ela só lhe foi confiada quando já era quase tarde demais. Por quê?

Acredito que precisamos compreender como a liderança funciona, como é usada e, com tanta frequência, mal-usada. Precisamos saber o que faz de alguém um bom líder, mas também como detectar todos aqueles truques que pretensos líderes usam para tentar ganhar nossa confiança e apoio. Precisamos saber como identificar os Führers do futuro, porque de uma coisa podemos ter certeza: da próxima vez, eles certamente não estarão usando as reveladoras botas de cano alto e braçadeiras.